

APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
PEDREIRA CHÃ DAS GATAS 22
FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

REGISTO: INT-SRAAC/2023/369

1. INTRODUÇÃO

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto de exploração da “Pedreira Chã das Gatas 22”, enquadrado no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA), iniciou-se a 28 de novembro de 2022, dia útil imediatamente posterior à entrada na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, dos documentos obrigatórios inerentes ao procedimento: o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em suporte digital e a Plano de Pedreira.

Em conformidade com o definido no Diploma AILA, foi constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA, composta pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados, cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, que preside à CA, representada por Nuno Pacheco, que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Filipe Pires, que coordenará a componente da Participação Pública;
- Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas de São Miguel (SAACSM), representado por Nuno Loura;
- Divisão de Gestão Territorial da Direção de Serviços do Território e da Água, da Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, representada por Leonardo Cunha;
- Divisão de Prevenção de Risco Hidrológicos e Divisão de Gestão da Água, ambas da Direção de Serviços do Território e da Água da Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, representadas por Renato Verdadeiro Marques;

- Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade, na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Diamantino Oliveira;

Todos os documentos entregues, em suporte digital, foram disponibilizados aos técnicos envolvidos na CA, através da rede informática dos Serviços da Administração Regional, para adequada apreciação individual.

Assim, com recurso a esta metodologia viabilizou-se a emissão do presente parecer coletivo de apreciação da conformidade do presente EIA com a legislação em vigor, tendo em conta os objetivos inerentes ao procedimento de AIA.

2. APRECIÇÃO GENÉRICA DO EIA

O EIA ao projeto de exploração da “Pedreira Chã das Gatas 22”, é constituído pelo Relatório Técnico (RT) e pelo Resumo Não Técnico (RNT). Com este, foi submetido o Plano de Pedreira, que integra o Plano de Lavra, o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP), Plano de Segurança e Saúde & Sinalização, bem como o Plano Económico. O EIA procura, através deste conjunto de documentos, cobrir todo o conteúdo exigido pelo Diploma AILA.

O RT começa por identificar os objetivos gerais do Estudo, prosseguindo com a identificação do projeto, a fase em que o mesmo se encontra, o proponente, a entidade licenciadora e a autoridade ambiental. Continua com o enquadramento legal do procedimento de AIA, bem como com a exposição da metodologia e estrutura geral do EIA.

Em rigor é assumido que a sua estrutura teve como principal orientação a legislação vigente neste domínio na Região Autónoma dos Açores, bem como os documentos orientadores da Agência Portuguesa do Ambiente, para este domínio.

Ainda e no mesmo capítulo, o documento apresenta a equipa responsável pela elaboração do EIA e as principais habilitações dos seus membros.

Seguidamente o RT apresenta o projeto, os seus objetivos e justificação para o mesmo, as principais características técnicas, realizando, ainda, uma resumida apresentação do preconizado no Plano de Lavra, no PARP e no estudo de viabilidade económica.

Prossegue com a análise da compatibilidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial e condicionantes do território.

O RT continua a caracterização da situação de referência da área de estudo, recorrendo aos fatores ambientais que considerou pertinentes para esta exposição. São seguidamente identificados os impactes ambientais perspetivados para as fases de construção,

exploração e desativação, acompanhados de propostas de medidas de mitigação dos efeitos negativos, assim como de medidas compensatórias e de potenciação dos impactos positivos. O EIA não preconiza, à partida, qualquer programa de monitorização, terminando com um capítulo relativo às alternativas ao projeto e outro com considerações finais.

O RNT, através de questões nele contidas, responde às razões do procedimento de AIA, identifica as entidades envolvidas, descreve o projeto, apresenta sucintamente a área de estudo, os impactos resultantes da execução do projeto, as medidas que propõe no sentido de minimizar os efeitos negativos, com uma linguagem mais acessível ao público em geral, resumindo os aspetos a que foi dada maior relevância no RT. A CA considera o RNT sendo, no essencial, adequado, reflete as imperfeições apontadas para o RT.

A CA entende que no EIA existem lacunas e imperfeições que, contudo, são possíveis colmatar e corrigir antes da Consulta Pública, de modo a não comprometer a conformidade do EIA.

3. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DO RELATÓRIO TÉCNICO E DO RESUMO NÃO TÉCNICO COMO DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DO EIA

No presente capítulo do parecer expõem-se as apreciações da CA específicas para os diferentes conteúdos dos volumes obrigatórios do EIA, feitas com o objetivo de verificar a informação essencial disponível (incluindo o seu rigor), aferindo se estão reunidas as condições para este ser disponibilizado para Consulta Pública, se necessita ainda de aperfeiçoamentos imprescindíveis ou até de se proceder à sua total reformulação.

3.1 – Relatório Técnico

Neste ponto do parecer, as apreciações serão expostas seguindo a estrutura interna do RT.

Poderão existir imperfeições no RT não referidas neste parecer, se as mesmas forem consideradas irrelevantes para expressa menção e não comprometerem a conformidade do EIA.

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

Neste capítulo, o EIA começa por identificar o projeto, os objetivos gerais do Estudo, a fase em que o projeto se encontra, o proponente, a entidade licenciadora, bem como a autoridade ambiental. Continua com o enquadramento legal do procedimento de AIA, bem

como com a exposição da metodologia e estrutura geral do EIA, onde se inclui um Resumo Não Técnico e o Relatório Técnico.

É, ainda, descrita a composição da equipa técnica responsável pela elaboração do EIA, com a discriminação das principais habilitações dos seus elementos.

A CA considera adequada a exposição realizada, não tendo qualquer comentário a efetuar.

Capítulo 2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

De acordo com a documentação remetida, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em questão diz respeito ao projeto “Pedreira Chã das Gatas 22” de exploração de massas minerais denominada basalto s.l., para uma área localizada na freguesia da Matriz, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel.

Este projeto enquadra-se numa propriedade com uma área de 22.460 m², sendo que a área da pedreira é de 20.720 m² e a empresa interessada na sua implementação denomina-se Herdeiros de Agostinho Ferreira de Medeiros, Lda.

O projeto, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, é constituído pelo Plano de Pedreira que engloba o Plano de Lavra e o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP).

O Plano de Lavra prevê trabalhos de preparação da área com a remoção de solos e coberto vegetal, onde os solos serão armazenados para posterior uso na recuperação paisagística. Relativamente à lavra é referido que *“o desmonte do recurso mineral seja realizado com recurso a retroescavadora com martelo hidráulico, quando a fracturação e/ou desagregação do maciço rochoso o permitir e com recurso a substâncias explosivas quando se mostre necessário. A utilização de substâncias explosivas será efetuada apenas nos dias úteis e durante o período diurno. A detonação de explosivos será precedida, em dez minutos, por um sinal sonoro de aviso à sua realização. Após a detonação e perante a confirmação da existência de condições de segurança, será emitido novo sinal sonoro de permissão de retoma dos trabalhos.*

Desta forma, para os trabalhos de desmonte serão necessárias substâncias explosivas e máquina de perfuração (para execução dos furos). Será também utilizada retroescavadora com martelo de percussão sempre que a fracturação do maciço assim o permita. As operações de carga e transporte serão efetuadas com recurso a pá carregadora e giratória e a expedição dos materiais será efetuada por camiões.

As operações de desmonte irão originar taludes subverticais, com altura média de 10 m, e dois patamares – às cotas de 48 e 38 m. O sector sul da pedreira, explorado até à cota de 38 m, ficará depressionário em relação à área envolvente.”

No que diz respeito ao PARP, este será implementado e acompanhando os trabalhos de desmonte, ou seja, em simultâneo, compreenda toda a área a licenciar. Os trabalhos de recuperação propostos, consistem em:

- regularização dos terrenos (aterros de cobertura e solos), o revestimento vegetal e enquadramento paisagístico, a desativação e encerramento, que inclui a remoção das estruturas utilizadas na área do projeto, e a manutenção e conservação do local pós-projeto.
- A zona depressionária e os taludes gerados com o desmonte serão suavizados por enchimento parcial até à cota de 48 m com materiais resultantes do processo de exploração e solos e rochas limpos a receber provenientes de aterros e escavações.
- No revestimento dos aterros serão acomodados solos com características edafológicas semelhantes às dos solos existentes na envolvente.
- O projeto preconiza que a recuperação da área seja em pastagem, ou seja, assim que o solo esteja adequadamente acondicionado será efetuada sementeira com espécies de gramíneas leguminosas.
- Uma vez que os trabalhos de exploração deverão terminar no final do ano 12, os trabalhos de recuperação ambiental e paisagística deverão prolongar-se até ao final do último ano do projeto (ano 13). No último semestre decorrerão os trabalhos de desativação e encerramento, que consistirão na remoção das estruturas utilizadas na área, como a sinalização, contentores de resíduos e os equipamentos utilizados.

Objetivo e justificação do projeto

O objetivo do projeto é o licenciamento de uma exploração de basalto s.l. de modo a assegurar as necessidades desta matéria-prima por parte da empresa, dado que a atual exploração - Chã das Gatas I, licenciada em 1999 (licença 124/RN) – encontra-se em fase final de exploração, matéria-prima fundamental para utilização na produção de materiais aplicáveis à construção civil e obras públicas.

Antecedentes do projeto

O projeto localiza-se num prédio rústico não explorado anteriormente, o qual se encontra enquadrado numa área onde já existem explorações licenciadas (Chã das Gatas I – licença nº 124/RN, Chã das Gatas II – licença nº 178/RN, ambas da empresa requerente e Rochinha Preta – licença nº 17/RN, da empresa Dâmaso & Filhas, Lda.). Todas estas explorações, bem como o presente projeto, se localizam na Área de Gestão AG_SMG_03 do PAE (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto, diploma que aprova

e publica o plano setorial de ordenamento do território para as Atividades Extrativas (PAE) da nossa Região.

Compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial

No capítulo em apreço, o Relatório Técnico, com recurso a tabela, procura fundamentar a conformidade do projeto com o conjunto dos Instrumentos de Gestão Territorial em (IGT) em vigor.

Quanto ao indicado no primeiro parágrafo neste capítulo, sugere-se a reformulação da seguinte frase “*Para análise dos Condicionantes e Ordenamento do Território (...)*”, para “*Para análise dos Instrumentos de Gestão Territorial e Condicionantes do Território (...)*”, uma vez que segue a ordem os subcapítulos e dá-se primazia à referência dos IGT e não “Ordenamento do Território”.

Relativamente à Tabela 2.3 – IGT em vigor na área em análise e com incidência na área do projeto, importa esclarecer que apenas o Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande (PDM Ribeira Grande) possui vinculação jurídica, direta e imediata, à área de projeto, considerando que o promotor configura uma entidade privada, nos termos do artigo 3.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores (RJIGT.A), publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto.

No subcapítulo 2.4.1.2 Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da RAA (PAE), importa esclarecer que, no presente caso, considerando que o promotor configura uma entidade privada, a aplicação do PAE está dependente da adaptação do PDM Ribeira Grande ao mesmo, através da transposição das normas relativas à atividade extrativa e dos elementos gráficos, nomeadamente, a delimitação das Áreas de Gestão e das Áreas de Integração Ambiental e Paisagística, nos termos do artigo 8.º do regulamento do PAE.

Não obstante, julga-se ainda pertinente indicar que a área do projeto também se encontra abrangida por Áreas de Extração de Massas Minerais Consolidadas Não Licenciadas – Em Atividade (SMG 109), através da Planta de Condicionantes do PAE.

No subcapítulo 2.4.1.3 Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Troço Feteiras/Fenais da Luz/Lomba de São Pedro (POOC Costa Norte), sugere-se a representação gráfica do conteúdo referido através da Planta de Síntese do POOC Costa Norte.

No subcapítulo 2.4.1.4 Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande, sugere-se a representação gráfica das classes de espaço mencionadas através da Planta de Ordenamento do PDM Ribeira Grande, bem como a correção da referência em que a faixa

que se encontra abrangida pela Reserva Agrícola Regional “(...) *de acordo com a Carta da Reserva Agrícola Regional mais recente e em vigor (2013), já não tem aplicação*”, para “*foi desafetada da Reserva Agrícola Regional*”. Adicionalmente, sugere-se a indicação do documento que aprova a referida Carta da Reserva Agrícola Regional – a Portaria n.º 25/2013, de 24 de abril.

Na tabela 2.4, presente no subcapítulo 2.4.2 Condicionantes do Território, sugere-se que a designação da coluna “*Aplicação Específica*” seja alterada para “*Incidência Territorial*”, devendo o seu conteúdo ser revisto em conformidade, uma vez que a área do projeto não incide sobre a maioria das condicionantes e servidões administrativas e restrições de utilidade pública indicadas, tais como a Reserva Ecológica, Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, entre outras.

Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A equipa do EIA começa por expor as fontes utilizadas para a caracterização da situação de referência, ao que se segue a listagem dos fatores ambientais considerados significativos para este procedimento de AIA, integrando, ainda, uma figura com o enquadramento geral da área do projeto. Prossegue com a caracterização da situação de referência, de acordo com os fatores ambientais atrás por ela considerados significativos para este procedimento de AIA.

A apreciação abaixo exposta dentro dos vários fatores ambientais discriminados no RT, foi repartida pelos vários técnicos que integram a CA, tendo em atenção a distribuição das competências dos serviços que os mesmos representam.

- **Clima** – O RT começa por expor a metodologia e fontes utilizadas para a realização da caracterização do clima nos Açores e em particular na ilha de S. Miguel e da área de implantação do projeto. Recorrendo, no essencial, a dados da estação de Ponta Delgada / Nordela, a caracterização assenta nos parâmetros temperatura do ar, precipitação, humidade relativa do ar e vento. A CA considera suficiente a caracterização apresentada e nada de relevante tem a referir neste parecer sobre este fator ambiental.

- **Geologia e Geomorfologia** – Neste fator ambiental, é realizada a sumária caracterização geológica, geotécnica e geomorfológica da ilha de S. Miguel, a qual é mais aprofundada para a área de estudo – flanco norte do Vulcão do Fogo / Unidade Geomorfológica da Região dos Picos, sendo também abordado o essencial da tectónica. Refira-se a existência de uma tabela com as principais características das formações geológicas presente na área de estudo – Escoadas lávicas basálticas.

Ainda neste descritor, é abordado o enquadramento legal associado à exploração dos recursos geológicos existentes; bem como os riscos geológicos com maior probabilidade de ocorrência na ilha e, com maior pormenor, os mais prováveis na área de estudo.

A CA considera que foi fornecida informação suficiente para os objetivos da consulta pública e apreciação dos impactes do projeto ao nível deste fator ambiental.

- **Solos** – Na caracterização da situação de referência o EIA junta num único fator ambiental a descrição pedológica e o uso ou ocupação deste.

Ao nível da caracterização pedológica dos solos, o EIA começa por referir a origem vulcânica dos materiais e o contexto climático de desenvolvimento. Destes resultaram solos, onde predominam os andossolos, os quais são objeto de breve caracterização química.

Ao nível do uso do solo, o RT apresenta uma análise ao nível da Carta de Ocupação do Solo dos Açores 2018 (COS.A/2018), mais concretamente ao nível 3.

A CA considera suficiente a caracterização pedológica e de uso do solo apresentada no EIA para avaliação dos impactes do projeto neste fator ambiental.

- **Hidrogeologia e Recursos Hídricos** – O EIA para a caracterização de referência deste Descritor Ambiental começa por apresentar a metodologia utilizada referindo que a mesma foi realizada com recurso a vária documentação, documentos oficiais e normativos, como o Plano Regional da Água, PRA - 2001 e Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, PGRH-Açores, 2016-2021.

A análise realizada enquadrou a área de estudo em diferentes aspetos, nomeadamente Recursos Hídricos Superficiais, Hidrologia e Recursos Hídricos Subterrâneo.

No que respeita aos Recursos Hídricos Superficiais o EIA apresenta uma caracterização sucinta da rede hidrográfica da ilha, considerando o regime torrencial como predominante e relacionando a maior ou menor estruturação da rede com as características das formações geológicas. Seguidamente apresenta uma figura com o enquadramento da área de estudo no contexto da hidrografia da Ilha de São Miguel, identificando várias bacias hidrográficas nas imediações do projeto.

É indicado que área do projeto se enquadra num sector – entre as bacias hidrográficas da Ribeira Grande, a oeste, e da Ribeira das Gramas, a leste –, onde não existem linhas de águas definidas. O curso de água da Ribeira das Gramas, 300 m a leste, é o mais próximo da área do projeto.

No que se refere à Hidrologia e Recursos Hídricos Subterrâneos o EIA começa por referir a diversidade dos valores relativos aos parâmetros hidrodinâmicos observados nos

aquíferos, tendo em conta a natureza dos materiais geológicos, nomeadamente formados por materiais lávicos ou materiais piroclásticos.

Seguidamente identifica 6 massas de água subterrâneas na de São Miguel, 1106 nascentes e 34 furos, seguindo-se a apresentação de uma imagem com o enquadramento da área de estudo no contexto dos recursos hídricos subterrâneos verificando-se que a área de estudo se enquadra na massa de água subterrânea, Água de Pau. Segue-se uma caracterização sucinta desta massa de água e a identificação do número de Captações (nascentes e furos) existente nesta massa de água.

É também apresentada cartografia de vulnerabilidade à poluição das águas subterrâneas, verificando-se que na área de estudo as classes de baixa a moderada vulnerabilidade, e cartografia de zonas potenciais de recarga de aquíferos, verificando-se que na área de estudo as classes de recarga reduzida.

A CA considera suficiente a caracterização no RT, não tendo qualquer comentário a efectuar.

- **Ecologia** – O RT apresenta o enquadramento ecológico da região biogeográfica dos Açores e expõe a metodologia adotada na caracterização da componente ecológica da área de estudo identificando, separadamente, as espécies de fauna e flora presentes, bem como o seu estatuto de colonização e de proteção.

Quanto à fauna, o RT identifica, ainda, não só as espécies observadas durante os trabalhos de campo realizados, mas também aquelas cuja ocorrência ao nível da área do projeto e envolvente seja provável, informação que se encontra sistematizada na Tabela 3.9.

A CA entende que alguma informação constante na coluna “Instrumentos Legais” da Tabela 3.9 deverá ser revista, designadamente, a numeração dos Anexos das Diretivas Aves e Habitats, que é efetuada apenas com numerais romanos.

A CA refere ainda que a espécie *Buteo buteo rothschildi* é protegida pelo Anexo III da Convenção de Berna e que a espécie *Teira dugesii* encontra-se no Anexo IV da Diretiva Habitats.

Nesta matéria, a CA informa que o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade na Região Autónoma dos Açores, procedeu à transposição para o ordenamento jurídico regional da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, e da Diretiva n.º

2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens.

Assim, entende a CA que deverá ser efetuada a referência e este instrumento legal quer na coluna “Instrumentos Legais” da Tabela 3.9, quer na introdução do subcapítulo 3.5.3.

No que se refere à flora, o RT caracteriza a área de projeto como sendo uma zona fortemente alterada por intervenções antropogénicas passadas, designadamente, ações de aterro/deposição de materiais excedentários da atividade extrativa desenvolvida em outras áreas de extração de massas minerais da requerente.

Assim, o RT avalia a componente florística da zona com um valor ecológico globalmente reduzido, componente esta que é dominada por espécies invasoras e introduzidas, que se encontram sistematizadas na Tabela. 3.10.

A CA destaca o facto da Coluna “Origem” da Tabela 3.10 não refletir a informação constante na mesma coluna da Tabela 3.9, situação que deverá ser revista e uniformizada conforme consta da Tabela 3.9.

- **Qualidade do Ar** – Para efeito de caracterização da situação de referência, o RT considerou os dados disponibilizados pelo Relatório da Qualidade do Ar (RQA) 2021, designadamente da estação de monitorização da qualidade do ar do Faial (tipologia rural de fundo), representativa dos Açores, bem como da de tipologia urbana de tráfego da Ribeira Grande, atenta a proximidade à área do projeto.

O EIA, realiza um breve enquadramento teórico do tema “qualidade do ar”, designadamente no que à poluição respeita e assume que o principal impacte será, no que a este domínio concerne, o decorrente do aumento dos valores de partículas em suspensão (tipicamente associados à tipologia do empreendimento) gerado na área de estudo. Assim, a análise continua com a apresentação dos resultados constantes do RQA 2021 para as estações antes referidas, designadamente no parâmetro das partículas finas em suspensão – PM10.

A CA considera suficiente a caracterização o RT, não tendo qualquer comentário a efetuar.

- **Ambiente Sonoro** – O RT apresenta um enquadramento teórico para o ruído, referindo, ainda, as principais diretrizes e parâmetros existentes na legislação regional em matéria de ruído. A caracterização da área de estudo prossegue com recurso ao mapa de ruído do município da Ribeira Grande, de 2021, identificando os principais recetores sensíveis e as principais fontes de ruído. A CA considera suficiente a caracterização apresentada para este fator ambiental.

- **Vibrações** – O RT começa por explicar o conceito de vibração, realizando um breve enquadramento teórico das suas principais causas e efeitos. Para a área de estudo, são identificadas como possíveis fontes de vibrações as atividades extrativas desenvolvidas nas pedreiras em funcionamento, bem como a circulação de viaturas pesadas. É também identificado o núcleo de recetores sensíveis mais próximos.

A CA considera suficiente a caracterização apresentada para este fator ambiental no EIA.

- **Paisagem** – No que concerne à Paisagem, o RT começa por expor a metodologia de caracterização da Paisagem, por explicar o conceito desta e a subjetividade muitas vezes inerentes à avaliação dos impactes sobre a mesma.

A análise da paisagem apresentada procede ao enquadramento geral, através do enquadramento biogeográfico, do relevo e morfologia, da flora, do povoamento e das unidades de paisagem, bem como dos espaços canais.

O EIA explica o conceito de unidades de paisagem e identifica e descreve a única unidade presente na área de projeto: Zona Agrícola Capelas/Ribeirinha. Neste ponto, sugere-se a reformulação da denominação da unidade de paisagem para “SM2 – Zona Agrícola Capetas/Ribeirinha”, conforme indicado na ficha da unidade de paisagem em questão, disponível em [Sistema de Informação e Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores](#) do Portal do Ordenamento do Território dos Açores (POTA). Julga-se ainda importante referir que esta unidade de paisagem é ainda caracterizada pela “*extração de inertes, por vezes abusiva e descuidada*” que tem “*provocado degradações visíveis na paisagem*”.

Considera-se ainda pertinente incluir a Apreciação e Orientações para a Gestão da Paisagem da unidade de paisagem em questão, de acordo com a informação disponível no sítio da internet supramencionado.

Por fim, o EIA procede à apresentação dos critérios para a análise visual e da caracterização local, concluindo que a área é visível, essencialmente, a partir de áreas a sul e a leste da mesma, destacando que não apresenta visibilidade a partir do setor a oeste.

– **Socio-economia** – Relativamente à caracterização deste descritor, o EIA incide sobre os domínios da população, emprego e atividades económicas. No que respeita à população, é realizada a caracterização da Região, da ilha e do concelho, tendo por base informação dos resultados provisórios dos Censos de 2021.

Já no que concerne ao emprego, os dados utilizados para a caracterização provem dos Censos de 2011, que apontam para uma taxa de desemprego no concelho da Ribeira Grande superior à média da ilha de S. Miguel e dos Açores. O EIA disponibiliza, ainda,

informação quanto à distribuição da população empregada pelos diversos sectores de atividade, concluindo que os sectores primário e secundário assumem, no concelho da Ribeira Grande, maior peso em comparação com a média regional e da ilha.

Para a caracterização do tecido empresarial, o Estudo utiliza dados relativos a 2019 disponibilizados pelo Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2020. A partir destes, é analisada a importância do tecido empresarial da Ribeira Grande em relação à ilha de S. Miguel e aos Açores, recorrendo a dados como o número de empresas, densidade de empresas (empresas/km²) e volume de negócios, entre outros muitos indicadores.

A CA considera suficientes os dados de caracterização apresentados.

- **Património** – O RT refere que não foram identificados imóveis classificados na área do projeto ou na sua envolvente. A análise foi feita com base na listagem constante do PDM da Ribeira Grande e no DLR n.º 3/2015/A de 4 de fevereiro.

Capítulo 4– IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

O RT inicia o capítulo com a apresentação da metodologia utilizada para a identificação, caracterização e avaliação dos impactes, identificando as fases de construção, exploração e desativação associadas ao projeto, enquadradas nas ações que lhes estão associadas. Depois, por fator ambiental considerado mais relevante, o EIA identifica e qualifica os impactes que os autores perspetivam para o projeto.

A CA esclarece que, por norma, na apreciação da conformidade do EIA não se pronuncia sobre a avaliação, qualificação e quantificação dos impactes estimados, nem da adequação das medidas, para não influenciar os interessados que se manifestem na Consulta Pública, limitando-se nesta fase a apontar as imperfeições que considera significativas que importa alertar ou mesmo corrigir, desde que não haja erros que subvertam as conclusões de forma grave.

Seguidamente a CA irá expor, ainda os resultados da apreciação ao capítulo, relevando que, quando não houver qualquer aspeto significativo a referir para um dado fator ambiental, o mesmo pode estar omissa na listagem abaixo, onde se optou por expor preferencialmente as considerações que importassem esclarecer o público ou que devem ser aperfeiçoadas no RT.

- **Clima** – O EIA refere não serem expectáveis impactes neste descritor, em nenhuma fase do projeto. A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

- **Geologia e Geomorfologia** – De acordo com o EIA e para este descritor, são expectáveis impactes em todas as fases do projeto. Assim e para cada uma das fases, são identificados, explicados e classificados os impactes previstos.

Em seguida são expostos os impactes perspectivados na fase de construção com a respetiva avaliação perspectivada pelos autores do EIA, não se estimando impactes a ocorrer nas fases de exploração e de desativação.

É apresentada uma medida de minimização para o presente fator ambiental e nenhum programa de monitorização.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

- **Ecologia** - A Avaliação de impactes Ambientais realizada no EIA incide sobre as fases de construção, exploração e desativação do projeto.

A CA considera que nas fases de exploração e de desativação também deve ser avaliada a afetação sobre a flora, ou explicado o motivo pelo qual ela não foi efetuada nestas fases.

O RT apresenta em tabela medidas de minimização de carácter geral com aplicação à fase de construção/implantação do Projeto.

- **Solos** – São identificados impactes para as fases de construção e desativação, sendo o mesmo objeto de classificação. Para a fase de exploração não são identificados impactes, justificando o EIA com o facto de os mesmos ocorrerem, logo, na fase de construção. O EIA preconiza medidas de minimização para os impactes e não foi considerado necessário propor qualquer programa de monitorização.

A CA considera estarem reunidas as condições para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

- **Hidrogeologia e Recursos Hídricos** - O EIA refere que se perspectivam impactes sobre os Recursos Hídricos e a Qualidade da Água decorrentes da fase de construção, fase de exploração e de desativação do projeto e nesse sentido estabelece os critérios de avaliação qualitativos com o intuito de aferir a significância dos impactes introduzidos.

O EIA assume que durante as três fases, fase de construção, fase de exploração e fase de desativação do projeto prevê-se que diversas ações venham a apresentar impactes a nível deste descritor:

O EIA apenas indica que haverá impactes a nível da Contaminação de águas subterrâneas.

-A execução das ações da fase de construção requer a utilização de equipamentos motorizados de carga e transporte. Estes equipamentos poderão originar derrames acidentais de substâncias poluentes, nomeadamente derivados de hidrocarbonetos.

Considerando a baixa probabilidade de ocorrência destas situações, o reduzido volume de substâncias poluentes envolvidas e que a área do projeto não é abrangida por zonas de proteção a captações de água para abastecimento público, classifica-se este impacto como negativo e pouco significativo.

O EIA propõe medidas de minimização de carácter geral relacionados com a promoção de uma adequada gestão e manuseamento dos resíduos e outros produtos potencialmente poluentes, nomeadamente, óleos e combustíveis, através da sua recolha, separação e encaminhamento para destino final adequado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de situações acidentais (ex. derrames).

O Plano de Pedreira prevê que para o desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao projeto em apreço não se prevê a colocação de instalações auxiliares fixas. No entanto, e tendo em atenção a salvaguarda da higiene pessoal e conforto dos trabalhadores, o explorador deverá colocar uma instalação sanitária amovível na área do projeto.

A CA nada tem a opor em relação a este descritor.

- **Qualidade do Ar** – De acordo com o EIA e para este descritor, são expectáveis impactes em todas as fases do projeto, designadamente por via da emissão de poluentes atmosféricos. O impacto é, ainda, objeto de classificação, em cada uma das fases. São apresentadas medidas de minimização para o presente fator ambiental e nenhum programa de monitorização.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

- **Ambiente Sonoro** – No que a este descritor respeita, o EIA considera expectável a ocorrência de impactes em todas as fases do projeto, designadamente por via da produção de ruído por parte dos equipamentos motorizados afetos ao desenvolvimento das atividades. O impacto é objeto de classificação como negativo e pouco significativo, atenta a ausência de recetores sensíveis na área de projeto e sua envolvente.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

- **Vibrações** – O EIA identifica, para este descritor, impactes relacionados com a geração de vibrações decorrentes da utilização de explosivos e martelo hidráulico. O impacto está reconhecido para a fase de exploração e foi classificado como negativo, embora pouco

significativo, atenta a utilização pontual de explosivos e pela ausência de recetores sensíveis na envolvente imediata da área de projeto.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

- **Paisagem** – No que concerne à Paisagem, o EIA considera expetável a ocorrência de impactes, como a descontinuidade visual e cénica da paisagem local e a disrupção visual associada à exploração da pedreira, ambos ocorrências durante a fase de construção e a fase de exploração.

No entanto, e na fase de desativação, a área explorada retomará uma ocupação em pastagem, compatível com a envolvente e com a situação de referência.

- **Socio-Economia** - Para este descritor o EIA considera a ocorrência de impactes em todas as fases do projeto. O impacte é objeto de classificação, sendo que a mesma varia em função do impacte.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

- **Património** – O RT refere que não foram identificados impactes para este fator ambiental em qualquer das fases do projeto.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

- **Impactes Cumulativos** – o EIA assume a ocorrência de impactes cumulativos e negativos, decorrentes da concentração de unidades relacionadas com o tipo de indústria em causa, fundamentalmente ao nível dos descritores associados à produção de ruídos, emissão de poluentes atmosféricos, concentração de partículas em suspensão, bem como os relacionados com a paisagem. Refere, contudo, que os impactes cumulativos decorrentes da concentração destas unidades industriais serão menos gravosos do que os que ocorreriam pela sua dispersão territorial.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

Capítulo 5 – MINIMIZAÇÃO DE IMPACTES

O EIA dedica um capítulo à apresentação de medidas de minimização, medidas compensatórias e medidas de potenciação dos impactes apontados no capítulo anterior.

Apesar de algumas destas medidas estarem já mencionados no capítulo anterior do presente parecer, a CA não tem outros comentários a adicionar ao exposto, na medida em que, na apreciação da conformidade do EIA, não se pronuncia sobre a adequação das medidas, para não influenciar os interessados que se manifestem na Consulta Pública, limitando-se nesta fase a apontar as imperfeições que considera significativas que importa alertar ou mesmo corrigir.

Capítulo 6 – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

O EIA não preconiza, a partida, qualquer programa de monitorização, fundamentando a opção nos impactes identificados e avaliados. Tendo em conta o facto de só depois da Consulta Pública a CA se pronunciar sobre a avaliação dos impactes e adequabilidade das medidas (para não influenciar a própria Consulta Pública), só no parecer final apreciará da necessidade de realização de programas de monitorização.

Capítulo 7 – ALTERNATIVA AO PROJETO

Em matéria de Alternativa ao Projeto, no presente EIA é apenas considerada a alternativa “ausência de intervenção”, que no presente caso corresponde à não implementação do projeto e consequente prolongar da atividade de exploração de basalto na Pedreira Chã das Gatas I, licenciada em 1999 (licença n.º 124/RN), mediante pedido de alteração do respetivo Plano de Lavra, a qual permitirá a continuação, por mais seis anos, da exploração de basalto na área licenciada (28 500 m²), através do aumento da profundidade máxima de desmonte até à cota de 28 m (atual cota aprovada: 38 m), resultando no aproveitamento de 120 000 m³ de basalto.

Refere a empresa que, em virtude daquela alteração do Plano de Lavra será, também, alterado o PARP, nomeadamente no que concerne os volumes de aterros necessários para a reversão topográfica, de forma a cumprir a tipologia de recuperação contemplada no PARP aprovado (enchimento parcial), prevendo que, para essa reversão, seja necessário um acréscimo de 120.000 m³ de materiais de aterro (o PARP em vigor prevê 17.700 m³ de material para aterro), o que, face ao projeto âmbito do presente EIA, os impactes decorrentes da alternativa correspondam genericamente aos associados à implementação do mesmo, sendo que, no caso da Pedreira Chã das Gatas I já decorrem as ações da fase de exploração.

Assim, e sendo certo que por um lado, a implementação do projeto irá gerar os impactes associados à fase de construção, por outro, a principal diferença entre os dois cenários –

projeto e alternativa – prende-se com a componente socioeconómica, uma vez que o projeto representa ganhos comparativamente à alternativa provenientes:

1º - Da garantia de produção de um maior volume de recurso mineral e subsequente abastecimento do mercado local da construção civil e obras públicas por um horizonte temporal mais alargado;

2º - Do custo mais avultado, associado à recuperação da alternativa, face ao volume de material necessário ao enchimento completo da área a escavar em profundidade.

A CA considerou que, face ao referido, a ausência de alternativas não é impedimento para que o procedimento siga para a fase de consulta pública.

Capítulo 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CA não costuma pronunciar-se sobre as várias conclusões do EIA antes da realização da Consulta Pública.

3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

O RNT começa por explicar no que consiste um Resumo Não Técnico, seguindo-se uma explicação acerca do procedimento e os aspetos mais relevantes deste, do estudo e dos objetivos do conjunto.

Seguidamente expõe uma síntese do conteúdo mais importante do RT equacionando os diversos fatores ambientais e os impactes sobre os mesmos.

Na generalidade o essencial da informação contida no RT está transposta para o RNT, todavia este enferma, naturalmente, das imperfeições decorrentes dos aspetos apontados para o RT, pelo que a CA entende que o RNT deverá verter o proposto para o RT.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES

A CA verifica que o EIA embora se apresente globalmente adequado, regista lacunas e imperfeições que, contudo, são possíveis colmatar e corrigir antes da Consulta Pública, de modo a não comprometer a conformidade do EIA, designadamente:

- I. O Relatório Técnico deve ser revisto de forma a introduzir os vários melhoramentos e a colmatar lacunas, de acordo com o referido ao longo do presente parecer, designadamente no que concerne aos descritores “Ecologia” e “Paisagem”.

II. O Resumo Não Técnico deverá refletir o conjunto de elementos adicionados, correções e clarificações complementares atrás solicitadas.

Estando o projeto em fase de execução considera-se que para a avaliação adequada dos impactes, nas diferentes fases, importa proceder ao aditamento da informação anteriormente referida e à clarificação das questões anteriormente exportas no presente parecer, antes de o presente procedimento de AIA prosseguir para a fase de Consulta Pública.

Assim, esta Comissão de Avaliação, ao abrigo do n.º 4 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, considera que o Estudo de Impacte Ambiental deve ser alvo dos aperfeiçoamentos indicados nos números anteriores deste parecer (o promotor deverá aditar o EIA com o conjunto de elementos antes referidos e proceder à impressão dos documentos em formato físico conforme legalmente estipulado e imprescindíveis à consulta pública), a submeter à Autoridade Ambiental. Para o efeito, concede-se um período de 45 dias úteis, prorrogáveis a pedido do proponente, para a entrega das alterações ou justificações mencionadas, bem como dos elementos impressos, sob pena do procedimento não prosseguir se o prazo indicado não for respeitado sem realização atempada de uma solicitação e justificar a respetiva extensão que deve vir acompanhada de uma data previsível para a posterior entrega, suspendendo-se, entretanto, a contagem de tempo até à receção dos elementos solicitados.

Desde já a CA regista que, caso seja declarada a conformidade, importa ter presente que nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 23.º do RJAILA, o projeto de exploração da pedreira Chã das Gatas poderá ser viabilizado, uma vez que não contraria os objetivos do POOC Costa Norte, de acordo com os artigos 12.º, 20.º e 27.º, cabendo, no entanto, à edilidade a verificação da sua compatibilidade com as disposições regulamentares aplicáveis instituídas pelo PDM. Ainda e nos termos da alínea e) do n.º 4 do artigo 23.º e dos n.os 3 e 4 do artigo 37.º do RJAILA, a Câmara Municipal da Ribeira Grande deverá emitir parecer, em matéria de infraestruturas rodoviárias, uma vez que a área do projeto confronta com um Caminho Municipal, e em matéria de compatibilidade do projeto com o PDM. Nestes termos e caso o procedimento avance nesse sentido, deverá ser solicitado pela Autoridade Ambiental, em paralelo ao processo de consulta pública, o competente parecer da Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Horta, 12 de janeiro de 2022

P'la Comissão de Avaliação

O Presidente da CA